

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INCLUSÃO

FERREIRA, Elza da Silva (UEPB)elza181@hotmail.com

MARCELINO, Jeane da Silva (UEPB)jeannysm@yahoo.com.br

GERMANO, Maria do Rosário (UEPB)-Orientadora

Resumo

A temática deste artigo vem sendo discutida entre pesquisadores e educadores que trabalham com formação de professores, sobretudo nas últimas décadas, tendo em vista o discurso da implementação de uma escola inclusiva. A proposta desta educação parte do reconhecimento das diferenças e as adequadas condições para que estas não sejam impedimentos no desenvolvimento dos alunos que chegam à escola. Assim, a linguagem em braile, pode ser importante para os estudantes com deficiência visual, linguagem dos sinais, para pessoas com deficiência auditiva, falar pausadamente, utilizar textos imagéticos, pode contribuir para o desempenho dos portadores de deficiência intelectual. Nesse contexto, a educação inclusiva não deve desconsiderar as diferenças, mas buscar recursos que garantam a aprendizagem das pessoas que cheguem à escola. Nesse cenário, nos perguntamos: os professores recebem instrução para atender às diferentes necessidades que surge nessa nova situação? Como está sendo o processo formativo desses profissionais? Assim, o objetivo desse trabalho é discutir e analisar como vem acontecendo o processo de formação de professores para atender as pessoas portadoras de deficiência. Para tal, nos baseamos nas contribuições teóricas de Nascimento (2009); Michelles (2002) e Silva e Arruda (2014). Utilizamos uma abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2001) trabalha com a investigação dos significados, motivos, crenças e valores. Consideramos que se faz necessário repensar e reestruturar os cursos de formação docente e investir na incorporação de modelos inclusivos na Educação.

Palavras chave: formação de professores; escola; inclusão.

Resumen

El tema de este artículo ha sido bastante discutido, sobre todo en las últimas décadas y de acuerdo al discurso de implementación de una escuela inclusiva. La propuesta de este tipo de educación parte del reconocimiento de las diferencias y de las condiciones adecuadas para que éstas no sean impedimentos en el aprendizaje de los alumnos. De este modo, el sistema braille es importante para los estudiantes con discapacidad visual; la lengua de señas para alumnos portadores de necesidades especiales auditivas; hablar pausadamente y utilizar textos con imágenes es útil en el caso de la discapacidad intelectual. Desde este contexto, la educación inclusiva no debe desconsiderar las diferencias sino buscar recursos que garanticen el aprendizaje de aquellos que lleguen a la escuela. Así, nos preguntamos: ¿los profesores reciben instrucción para atender las distintas necesidades surgidas en esa situación? ¿Cómo es actualmente el proceso formativo de estos profesionales? Bajo esta perspectiva, el objetivo de este trabajo es discutir y analizar cómo es el modelo educativo recibido por los profesores para asistir a las personas con necesidades educativas especiales. Para tal fin, nos basaremos en las contribuciones teóricas de Nascimento (2009), Michelles (2002) y Silva y Arruda (2014). Empleamos un abordaje cualitativo que, según Minayo (2001), trabaja con la investigación de significados, motivos, creencias y valores. Consideramos que es necesario repensar y reestructurar los cursos de formación docente e invertir en la incorporación de modelos inclusivos en la educación.

Palabras clave: formación de profesores, alumnos portadores de deficiência, inclusión.

INTRODUÇÃO

Nesse artigo pretendemos expor em linhas gerais algumas reflexões sobre o cenário atual da formação de professores, considerado um dos maiores desafios da educação na atualidade: o trabalho com crianças e jovens portadores de deficiência. Precisamos revisitar os conceitos sobre a formação dos professores, analisar as dificuldades em sala de aula, buscar melhores condições de trabalho para garantir um bom desempenho da aprendizagem daqueles alunos e alunas que necessitam de um olhar especial no espaço escolar.

Analizamos aqui os desafios que os profissionais da educação enfrentam diante dos alunos com deficiência, pois as escolas não oferecem subsídios para trabalhar com esses alunos e com suas diferenças. Os futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber crianças e jovens com deficiências na sala de aula. Segundo Silva e Arruda (2014, p.1):

(...) É um desafio a todos, principalmente aos profissionais de educação, que têm de fato, que atender esses educandos com qualidade, para que os objetivos e o desenvolvimento aconteçam, fazendo com que a sociedade valorize a diversidade humana.

Nesse sentido, sabemos que a formação do professor apresenta-se como potencialização dos processos de inclusão, uma vez que oferece subsídios teóricos e práticos que podem ajudar o professor a refletir e compreender os processos inclusivos que vem sendo propostos pela escola inclusiva. Conforme Nascimento (2009, p. 4):

Vale destacar, porém, que a formação docente não pode restringir-se à participação em cursos eventuais, mas sim, precisa abranger necessariamente programas de capacitação, supervisão e avaliação que sejam realizados de forma integrada e permanente. A formação implica um processo contínuo, o qual precisa ir além da presença de professores em cursos que visem mudar sua ação no processo ensino-aprendizagem. O professor precisa ser ajudado a refletir sobre a sua prática, para que compreenda suas crenças em relação ao processo e se torne um pesquisador de sua ação, buscando aprimorar o ensino oferecido em sala de aula.

O professor precisa estar preparado e capacitado para lidar com as diferenças. Mas para isso as Políticas Educacionais devem se fazer presentes e contribuir para a formação dos nossos professores.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa. Segundo Minayo(2001) o estudo qualitativo trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, que correspondem à investigação de espaços mais profundos das relações, dos processos e fenômenos. Para os pesquisadores qualitativos, o significado das mensagens é a preocupação essencial. Ainda para Trivinos (1987) é o trato ali feito entre a aparência e a essência dos fenômenos, ou seja, a busca de causas da existência dos fenômenos, a procura de explicações, origem, mudanças, entre outras. Aqui nesse estudo, visitamos ideias de alguns teóricos para compreender os processos de formação de professores, frente às demandas da escola inclusiva.

ANÁLISES DOS RESULTADOS

Na busca de um resgate sobre “modelos” ou “tipificações ideais” de professores de acordo com determinadas épocas tem-se visto o professor como figura vocacionada para o ensino, aquele que teria nascido com o “dom de ensinar” portador de um carisma, uma figura meio laica e meio mística que se exaure, como uma vela, a partir da compreensão do trabalho profissional do docente. Atualmente, a temática da competência no ensino, recicla esse modelo sob o ponto de vista do saber ideal para o professor. A figura do professor recebeu, também, à época o papel de formador de consciência política dos educadores, tipificação que perpassa do professor “ingênuo” ao professor “crítico”, segundo a postura epistemológica que assumisse na sua ação e pensamento, professor ligado à educação bancária e à educação crítica. A figura do professor vem sendo modelada pelo percurso da pesquisa no ensino, valendo-lhe a tipificação de professor pesquisador de sua prática, originado da concepção de intrínseca articulação entre ensino-pesquisa, e mais recentemente, de professor reflexivo.

Na reforma educacional da década de 1990 o professor assume, também, a seguinte função: ser elo entre a sociedade e a implementação das “novas” demandas para a educação, entre elas a inserção de uma política de inclusão. No ceio dessa discussão surge questões como: a flexibilizaçãocurricular, adaptação da escola regular para receber alunos considerados deficientes, recursos e técnicas que ajudem neste processo de inclusão. Na atualidade, a tipificação de professor reflexivo, é o conceito mais utilizado por pesquisadores, formadores de professores e educadores para se

referirem às novas demandas da formação docente. Para caracterizar essa nova modelação do professor, Garcia (1992) apresenta os vários termos utilizados professores reflexivos; professor como pessoa que experimenta cotidianamente; professor como investigador da ação; professor como sujeito que resolve problemas; professor investigador, professor artista, entre outros.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A composição da política de inclusão ocorreu a partir de compromissos históricos assumidos, de forma coletiva, pelos movimentos de luta por direitos sociais como, a exemplo, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) e do Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (1996). Inclusão, nesse sentido, significa compartilhar o processo de humanização, numa experiência de construção coletiva que coloca todos na condição de sujeitos.

Aqui no Brasil, no dia de 30 de Janeiro de 2009 o Presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou o decreto que instituiu a Política Nacional de Formação de Professores publicado no Diário Oficial da União, cuja finalidade é organizar a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para a educação básica, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Os cursos de atualização e especialização de professores ficarão a cargo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e deverão ser homologados por seu Conselho Técnico-Científico da Educação Básica. Na formação dos professores, a modalidade principal de ensino é presencial, reconhecendo-se a importância dos sistemas semipresencial e a distância. Entre os pontos em destaque estão o reconhecimento de que a formação do docente é para todas as etapas da educação básica, compromisso público do Estado e necessidade de articulação entre formação inicial e continuada, bem como entre diferentes níveis e modalidades de ensino. O decreto enfatiza, também, a promoção de equalização nacional das oportunidades para os profissionais do magistério em instituições públicas de ensino superior.

Outros temas abordados no documento dizem a respeito à educação inclusiva, educação no campo, educação de jovens e adultos, bem como apoio aos programas de formação em regiões e comunidades com necessidades específicas, como os quilombolas e os indígenas.

Especificamente, em relação ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, principalmente na rede regular de ensino encontramos no inciso III, do artigo 208 da Constituição Brasileira. Na Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEEP, 1994), vemos que o MEC estabelece como diretrizes da Educação Especial apoiar o sistema regular de ensino para a inserção dos portadores de deficiências e dar prioridade, ao financiamento e a projetos institucionais que desenvolvam ações de integração. Esta mesma definição foi posteriormente reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), e recentemente nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB, 2001).

Nesse sentido verificamos, nos documentos legais, uma orientação explícita para a escola atender crianças e jovens com deficiência, oferecendo um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, contudo os professores, um dos principais autores desse processo, precisam estar habilitados para contribuir de forma competente com os processos de ensino e aprendizagem destes alunos inseridos. Nesse contexto, vemos na implantação da educação inclusiva limites e dificuldades que perpassam pela falta de formação dos professores das classes regulares para atender alunos com necessidades educacionais especiais, além da precariedade da infraestrutura e de condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência. O que se tem colocado em discussão, principalmente, é a ausência de formação dos educadores para trabalhar com essa clientela, e isso certamente se constituiem um sério problema na implantação destas políticas.

A LDBEN nos parágrafos 2º e 3º do artigo 18- faz diferenciação de dois tipos de professores quando se trata de Educação Especial que são:

§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequadas aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

§ 3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:

I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para a educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;

II – complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Vale salientar que por mais que a Lei defina como deve ser a capacitação de professores e direciona as responsabilidades, na prática nem sempre acontece desta forma. A respeito, Rodrigues (2003) afirma que os cursos de formação docente, em termos gerais, tem dado ênfase aos aspectos teóricos, com currículos distanciados da prática pedagógica, não proporcionando, por conseguinte, a capacitação necessária aos profissionais para o trabalho com a diversidade dos educandos.

Em entrevistas realizadas com gestores institucionais de diferentes municípios da Paraíba, quando perguntamos sobre a formação dos professores para atender alunos com necessidades educacionais especiais, todos responderam que as escolas não capacitam professores, porém revelam que existe umacobrança evidente para os professores assumirem a tarefa e a responsabilidade de incluir e de formar alunos portadores de necessidades especiais.

No contexto atual nota-se uma constante cobrança direcionada aos professores, que na maioria das vezes, quando o objetivo proposto pela escola não é alcançado, demanda uma responsabilidade total sobre eles. ParaMichelis (2006)há divergências na forma de conceber a política de inclusão. A autora categorizou essas discordâncias em dois grupos, o primeiro, denominou-o de visão propositiva de inclusão e o segundo de analítica. Na perspectiva propositiva vemos uma concepção de inclusão que se acosta em propostas sem preocupação evidente com a infraestrutura e o acompanhamento da implementação das propostas, transferindo a responsabilidade para indivíduos isolados, sem considerar os vários fatores que estão imbricados no processo de inclusão. Quanto à perspectiva analítica, reflexão e a análise das propostas inseridas nos diversos contextos e práticas escolares devem orientar as discussões e práticas inclusivas na escola.

Por isso ao ingressar na carreira docente, o professor deve conhecer as políticas de inclusão para poder refletir sobre elas e reorientar a sua prática pedagógica, tendo em

vista a garantia da aprendizagem dos alunos que estão na escola, sejam eles “normais” ou com deficiências. O professor crítico reflexivo responsabiliza-se pelo seu trabalho, porém o compartilha com toda a comunidade educativa, considera as estruturas e condições reais de trabalho e assim desenvolve sua docência com competência. Educar na diversidade exige um direcionamento para o estudo de práticas pedagógicas que valorizem as diferenças e a diversidade nas salas de aula. Segundo Silva e Arruda (2014 p. 4-5):

A educação é um direito de todos, educação de qualidade e igualitária e nós, como professores, tentamos fazer com que isso aconteça, no entanto, a capacitação de professores passa por uma mudança a respeito da inclusão, visando melhora lá com atendimento igualitário e qualitativo, com direito ao acesso e a permanência na escola, precisando também ser levado em conta outros princípios como a acessibilidade e locomoção. O professor deve ser visto como mediador e estimulador, tornando a sala de aula um ambiente onde seus limites seja estimulador de sua autonomia.

Um professor crítico reflexivo da sala regular, não dever ser diferente de um professor da sala especial, pois ambos têm o mesmo papel que é promover a aprendizagem. Conforme Silva e Arruda afirmam (2014 p. 5):

Um professor de sala de aula regular, não pode ser diferente de um professor de inclusão, onde seja valorizado o respeito mútuo à sua capacidade e seu espaço, facilitando assim sua atuação de forma livre e criativa proporcionando a cada um, uma sala de aula criativa e diversificada, dando a oportunidade de participar das atividades adaptadas às necessidades de cada aluno, já que o professor vai ser sempre o responsável pelo sucesso ou pelo fracasso da aprendizagem dessa criança.

O professor tem grandes desafios a vencer, esta em suas mãos o sucesso da educação, seja, ela formal ou informal, o seu papel esta presente na participação e contribuição no desenvolvimento do aluno (Silva e Arruda, 2014 p. 6). Temos clareza do papel do professor no processo de inclusão, porém não podemos assumir essa responsabilidade sozinha, há fatores econômicos, políticos e sociais que perpassam a discussão da inclusão e exclusão de alunos sejam estes portadores de necessidades educacionais especiais ou não.

É nesse cenário que a inclusão surge como uma possibilidade da escola repensar suas práticas, currículo, planejamento e percurso, exigindo novos posicionamentos e novas posturas. E nesse processo todos os atores que constituem a escola como pais,

alunos, professores, gestores, equipe técnica, pessoal de apoio, familiares, enfim toda comunidade educativa são convidados a aperfeiçoarem as novas práticas inclusivas.

Por isso veio, sabemos que o discente é mediador e deve promover uma aprendizagem igualitária, repensando nas práticas pedagógicas e criando novas estratégias de ensino para não ficar preso apenas no espaço delimitado da sala de aula. Nessa direção para Silva e Arruda (2014) se faz necessário pensar nos professores como sujeitos críticos que respeita as diferenças, que busca refletir sobre cada aluno e sua personalidade, seu estilo de aprendizagem, sua experiência pessoal e profissional, entre outras.

Para que se ofereça uma qualidade de vida melhor é necessário oferecer não só a prática pedagógica, mas atender à necessidade de cada um em ambientes integrados, que ofereçam suporte a essas pessoas, os professores precisam ser capacitados para desenvolver melhor suas habilidades profissionais. Ainda falta muito para que esse trabalho seja concluído com êxito, o que devemos levar em conta é que todos devem estar dispostos a participar de cursos de formação continuada e repensar a sua prática pedagógica mesmo quando ainda não se têm essa prática. O professor precisa ter o domínio da classe; se ele consegue dominar a sua sala com tantos alunos diferentes com alunos inclusivos não é diferente, a prática acontece todos os dias junto aos profissionais capacitados para lidar com cada aluno. As escolas devem apoiar e juntar-se a esses profissionais do AEE para um melhor planejamento e andamento nessa relação do aluno com a escola.

Diante dessa realidade sabemos que precisamos ampliar nossas discussões e estudos sobre a escola inclusiva e a formação de professores. Compreendemos que a escola é um espaço que deve incluir as crianças normais e as dotadas de dificuldades educacionais especiais, contudo verificamos a necessidade de formação para os professores atender às crianças que lhes são confiadas, ajudando-as a crescerem nas suas especificidades.

Enquanto no artigo por colunista portal - educação - terça-feira, 1º de janeiro de 2008 diz ser a inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e de seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade, ainda define o adjetivo "inclusivo", usado quando se busca qualidade para todas as pessoas com ou sem deficiência. Nesse sentido é importante ter clareza do sentido da inclusão e qual é o papel que o professor exerce nesse contexto? E qual formação é oferecida aos os educadores?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão aqui apresentada, cuja temática foi a Formação de Professores e inclusão: como os professores são incluídos, tiveram por objetivo, discutir a implementação de uma escola inclusiva, contribuindo para a aprendizagem dos portadores de deficiência. Partindo da compreensão de uma reestruturação nos cursos de formação, repensando a formação contínua dos docentes e investindo nos professores para que estes possam desenvolver modelos inclusivos na Educação.

É importante revisitar os conceitos sobre a formação dos professores, analisar as dificuldades em sala de aula, buscar melhores condições de trabalho para um bom desempenho da aprendizagem dos portadores de deficiência. Para uma educação de qualidade é necessário uma formação sólida e contínua dos professores para que ocorra uma progressão continuada, e uma reflexão a respeito práticas pedagógicas, como também um ambiente com acessibilidade adequado, que garanta a locomoção de todos os alunos.

Para que o trabalho dos docentes seja desenvolvido com êxito é necessário uma diversidade de acontecimentos para que o aluno interaja com o meio em que ele está inserido. Sabemos que não é responsabilidade apenas do professor, ele precisa estar cercado de outros profissionais para que de fato a inclusão aconteça. A formação de nossa sociedade é composta por uma diversidade de pessoas, cada um com suas crenças e seus valores, na escola não pode ser diferente já que estamos falando de inclusão.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para a ampliação de uma discussão sobre a necessidade da formação de professores, atendendo a demanda, onde todos possam ter uma oportunidade à aprendizagem e que a inclusão seja responsabilidade de toda a sociedade.

Em relação à formação, fica cada vez mais difícil a situação do professor, porque as universidades pouco os preparam para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), saem despreparados, já que na sua formação não tem um curso específico para lidar com eles. Muitos professores ainda reclamam que falta, também, o suporte de profissionais da área da especificidade para trabalhar com essas crianças, já que as mesmas necessitam de uma atenção especial, um trabalho diferenciado.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: SEESP, 1994.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9394/96.1996.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei no 10.172/01. 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Brasília, DF, 2001.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir**. In Revista pedagógica Inclusão, Revista da Educação Especial. V.5, nº2, jul/dez 2010 ISSN1808-8899 (p.32 a 38).

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins.

O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2014.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Atlas: São Paulo, 1987.

MINAYO, M. C. de L. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NÓVOA, Antônio (coord.) **Os professores e a sua formação**. Tradução. Graça Cunha; Cândida Hespanha, Conceição Afonso; José Antônio. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NASCIMENTO, Rosângela Pereira do. **Preparando Professores para Promover a Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Londrina, 2009. P. 3-19. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>> Acesso em 10 de outubro de 2014.

Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/2670/de-que-inclusao-estamos-falando>> Acesso em 01 de novembro de 2014.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.